



PROJECT MUSE®

---

*A violência das letras: Amizade e inimizade na literatura brasileira: (1888–1940)* by César Braga-Pinto (review)

Jefferson Mello

Luso-Brazilian Review, Volume 56, Number 2, 2019, pp. E30-E33 (Review)

Published by University of Wisconsin Press



➔ For additional information about this article

<https://muse.jhu.edu/article/746866>

**Braga-Pinto, César.** *A violência das letras: Amizade e inimizade na literatura brasileira: (1888-1940)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. 619 pp.

O livro de César Braga-Pinto constitui uma pesquisa erudita sobre o tema da violência, da amizade e da inimizade nas letras brasileiras entre 1888 e 1940. O autor se vale de metodologia e recorte originais, destacando-se a pesquisa em arquivo, o comentário alentado de textos teóricos e a análise detida de obras literárias, com foco, sobretudo, em um período ainda pouco estudado pela crítica, entre 1880 e 1920, e com um capítulo sobre o regionalismo de 1930. Os objetos de análise são, principalmente, os itinerários, os repertórios críticos/teóricos e as obras literárias de autores já canônicos—mas não tão prestigiados como os heróis do modernismo. São eles: Raul Pompeia, Adolfo Caminha, Nestor Vitor, Cruz e Sousa, José Lins do Rego, e Gilberto Freyre. Um dos objetivos do estudo é mostrar como práticas culturais e literárias contribuem para o *apartheid* social do período pós-escravista brasileiro.

Na “Introdução,” o autor elabora uma pequena digressão sobre a tópica horaciana, *concordia discors*, e sobre a noção de *philia*. É, aliás, pela tópica da harmonia e do conflito que Braga-Pinto lê *Esau e Jacó*, de Machado de Assis, chegando a conclusões que darão base para a sua tese: “[...] enquanto críticos como [John] Gledson tendem a ver no núcleo do romance uma alegoria e uma crítica da conciliação geralmente política, o que me salta aos olhos ao ler *Esau e Jacó* é a insistência na eterna discórdia, nos antagonismos entre os personagens e, marginalmente, nos episódios da violência histórica. Assim, o modelo da tradição clássica da *concordia discors* serve para Machado [...] explicitar as contradições e os conflitos sociais locais, latentes e afetivos” (27).

O primeiro capítulo é, assim, permeado pela temática do conflito. Inicia com a reconstrução da prática do duelo no Brasil, por meio de rica pesquisa em jornais da época e em bibliografia estrangeira sobre o tema. Ao invés de seguir por caminhos trilhados, o autor percebe como o duelo nos finais do século XIX não apenas se conecta com o mundo do jornalismo, que se expande, como, também, com as novas camadas urbanas. Nas suas palavras, “foi nesse espaço de disputas que os jornalistas cariocas começaram a se imaginar como os novos cavalheiros e a fazer da honra um sinal de distinção” (81). O fato é que os duelos e as polêmicas entre os homens de letras eram, no fundo, práticas entre iguais, homens que, mesmo em disputa, *concordavam* entre si e dominavam os mesmos códigos, o que servia para distingui-los do restante da população.

Mas, mesmo entre iguais, há os não tão iguais. No capítulo seguinte, dedicado a Raul Pompeia, Braga-Pinto perscruta a escrita de Pompeia que se, de um lado, era um igual, de outro, parece ter sido bastante “susceptível à proliferação de rumores, boatos, piadas [...]” (89). Daí o alvitre do autor sobre o suicídio de Pompeia, que, “pode ser lido à luz da crescente democratização da imprensa e da profissionalização do jornalista enquanto personagem na formação e na

espetacularização da opinião pública.” Até porque Pompeia combateria não somente “os ataques à sua própria honra, mas também ao poder desmesurado da imprensa de destruir reputações e oprimir os mais fracos” (116).

Na sequência dessas observações, lemos uma análise—ponto alto do livro—de *O Ateneu*. Ela interessa sobretudo porque embaralha as categorias interno/externo, obra/vida, construindo mediações que permitem desconstruir esses binários, a começar pela leitura atenta de obras de Charles Darwin e Max Nordau que faziam a cabeça dos letrados brasileiros. Trata-se de mostrar como as teorias evolucionistas, lidas seletiva e criticamente por Pompeia, participam da confecção da obra literária. É uma das primeiras vezes em que se lê, na crítica brasileira, a reconstrução minuciosa da recepção dessas obras. Em uma passagem, o autor escreve que “*O Ateneu*, criticamente, invoca, não apenas as leis de seleção natural propostas por Darwin em *A origem das espécies*, mas também a noção da seleção sexual que Darwin posteriormente desenvolveu em *A descendência do homem e a seleção sexual* (1871)” (130). Porém, “da mesma maneira que o romance não adere ao darwinismo draconiano mais vulgar, que anuncia a morte aos fracos, a diferenciação sexual também não se completa de todo, e a identificação entre masculinidade e força nunca é total. Ou seja, os efeitos do mandato performativo do ‘Faça-se homem’ é inevitavelmente ambíguo, imprevisível e, no limite, sujeito ao fracasso” (132).

Eis a chave para Braga-Pinto se distanciar das leituras que, “aceitando e re-produzindo uma linha evolucionista,” traçam “a trajetória do narrador desde a fase de experimentação na juventude até uma maturidade heterossexual definitiva, fixa e imutável” (132). Com olhar atento à fortuna crítica do romance, o autor evoca Silviano Santiago, cuja leitura “[...] não elimina nem a interferência do biográfico no romance, nem os desejos que, efetiva ou perversamente, levam o leitor a se apegar à figura do autor.” Assim, traz-se a ideia de que autor e narrador podem estar misturados, e de que, no plano formal, a retórica barroca do romance esconderia algo da intimidade de Pompeia, que, no entanto, teima em vir à tona. Compreende-se, com Santiago, como e por que o “narrador, e *possivelmente o próprio Pompeia*, insistem em exilar o passado quando, paradoxalmente, fingem querer recuperá-lo, ao mesmo tempo escancarando e trancafiando o segredo,” o qual, deduzimos, teria a ver com a vulnerabilidade sexual do narrador, e do autor (139). Em outras palavras, a condição de Pompeia/Sérgio permaneceria relevante porque se evita falar diretamente dela. Estaríamos diante de mais um exemplo de assimilação do diferente que não se deixa assimilar e ameaça fazer seu retorno simbólico a partir de leituras críticas.

Com efeito, o tema volta no *Entreato/Discórdia*. Ali, discutem-se gênero e raça em *O bom crioulo*, de Adolfo Caminha. De início, Braga-Pinto evita a ideia de que se trata do primeiro romance homossexual da literatura brasileira. Antes, vê ali uma espécie de aplicação romanceada das teorias de Cesare Lombroso. Por isso mesmo, isto é, por não fazer concessão à literariedade do romance é que, contraditoriamente, a análise se torna pertinente. A hipótese é a de que “a retórica da degeneração e, principalmente, a constante preocupação com o ‘crime’ e a

(im)possibilidade de regeneração, em grande parte remanescente da doutrina de Lombroso, estão no cerne da narrativa de *Caminha* (193), que, por sua vez, é traduzida pelo brasileiro Nina Rodriguez, “em um paradigma estritamente racial” (212). Atravessado por concepções antropológicas de Lombroso e Rodriguez, o romance corrobora o discurso penal de que os negros e os miscigenados sejam tratados de modo diferente dos brancos, já que, geneticamente, não possuiriam o livre-arbítrio. Logo, o assassinato do jovem branco Aleixo por Amaro, no final do romance, é o “natural” de uma raça cujos indivíduos não podem se responsabilizar pelos seus atos. Isso permite, de um lado, que, juridicamente, se elimine o inimigo—inclusive com a pena de morte, e, de outro—“já que a antropologia [de Rodriguez] trata de tendências criminosas e não de determinismos radicais”—a convivência amistosa com negros e/ou mulatos, os quais, de qualquer modo, nunca terão o mesmo estatuto de gente que os brancos (218).

O capítulo seguinte, que inaugura a Segunda Parte, aborda a amizade de um branco e de um negro, Nestor Vitor e Cruz e Sousa, que Braga-Pinto denomina de uma amizade heteróclita, de diferentes que se reconhecem como seres (artistas) malditos. É por meio dos textos de Vitor que os literatos do outro polo escutam a voz de Cruz e Sousa, que “responde às injúrias perpetradas pelas teorias científicas.” Mas, o que fazer com elas, com essas amizades e com a religião da Arte, quando assoma o discurso da identidade nacional, já no pós-guerra? Com efeito, além de seguir sendo um cosmopolita e um fiel amigo de Cruz e Sousa, Vitor passa a se interessar pelas novas gerações e pelas questões nacionais (e, conseqüentemente, raciais). Assim, por volta de 1920, “surge pela primeira vez em seus escritos a necessidade de se pensar a mestiçagem como forma de transição para um futuro de cunho harmonioso e conciliatório.” Ele antecipa questões de 1930, em sua “preocupação solidária com o conterrâneo distante ou invisível” (294). Preocupação que, no entanto, encontra limites, uma vez que, de acordo com Braga-Pinto, tomando uma crítica de Nestor Vitor à *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, “o brasileiro do futuro, representado pelo Lima Barreto de Nestor Vitor, é aquele que, sendo mulato (não de todo negro), aproxima-se do lusodescendente ‘puro-sangue,’ amolecendo-o e aclimatando-o também,” o que certamente atenua a voltagem crítica (300). De todo o modo, visando ao contraditório, Braga-Pinto conclui que “Nestor Vitor continua a elaborar, mas não sem ambiguidades, um discurso que, seja em sua versão mais cosmopolita, seja em sua versão mais regional-nacionalista, procura, ainda assim, imaginar novas formas afiliativas [...]” sendo a “abertura para o outro” o que permanece no conceito de *philia* proposto por ele (302).

O último capítulo é dedicado, primeiramente, à amizade de Gilberto Freyre e José Lins do Rego, com base sobretudo na leitura da correspondência trocada entre os dois, em que se destaca a subserviência deste. Em um segundo momento, apresenta-se uma interpretação original das obras do ciclo da cana-de-açúcar, que se, por um lado, indica a anuência do romancista à ideia de democracia racial de Freyre, a qual “exclui a diferença, justamente ao aparentar incluí-la numericamente” (378), de outro, apesar da prática ficcional corroborar o pensamento

de Freyre (425), Braga-Pinto acusa instantes de “trahison” de José Lins a essa lógica. A mais significativa é a que concerne o personagem Zé Marreira, negro que, de agregado vira delegado de polícia, constituindo-se a pedra no sapato de Carlos de Melo, o senhor de engenho, que não consegue incluí-lo, pois, ao ascender socialmente “desestabiliza também a presunção de fraternidade e solidariedade de classe entre brancos e poderosos” (428).

No final de *O som ao redor* (2012), de Kleber Mendonça Filho, agregados de hoje invadem a sala do antigo senhor de engenho para vingar a morte do pai; em outro filme, *Que horas ela volta?* (2015), de Anna Muylaert, a menina pobre entra para o curso de arquitetura da Universidade de São Paulo, tirando o lugar do filho-família. São duas representações recentes da vingança e da ascensão dos pobres, em um ciclo da ficção brasileira que inicia na década de 1990. Terminado em 2016, e fruto de dez anos de pesquisa, o estudo de César Braga-Pinto é, contudo, menos eufórico. Mesmo que, em alguns momentos, o Outro se faça ouvir, a composição dos capítulos, e o aprofundamento em cada um deles não permite ter a mesma esperança. A sensação, ao final da leitura, é a de que o processo democrático mal começou—e talvez já tenha terminado!—e de que não é o amor à Literatura que vai nos salvar, podendo ser justamente o contrário.

Jefferson Mello  
Universidade de São Paulo  
jefferson@usp.br